

# JUVENTUDE, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: “NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS”\*

Maria Clara Bueno Fischer \*\*  
Anny Pereira \*\*\*  
Lia Tiriba\*\*\*\*

*“A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade.  
A gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade (...)”*

(Titãs, Comida)

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, pôde-se acompanhar ruas ocupadas, cartazes, bandeiras, caras pintadas e uma vontade enorme de gritar. Os jovens tomaram as principais ruas das grandes capitais do Brasil e transformaram o dia 17 de junho de 2013 em um marco histórico.

Com suas manifestações, os jovens não lutam apenas por *comida* ou *dinheiro* (“vinte centavos”). Entre outras reivindicações, eles exigem redução das tarifas de transporte público, saúde e educação públicas gratuitas e de qualidade, reforma política e transparência em relação aos gastos do governo com a Copa do Mundo.

Os jovens “rebelados” que ocuparam as ruas em busca de direitos sociais assumiram o papel de porta-vozes de uma classe explorada e descontente – os trabalhadores. Organizaram e mobilizaram milhões de pessoas em uma só luta. Além do *Occupy Wall Street*, os jovens participaram da construção de espaços de autogestão e de manifestações de rua no Egito, na Tunísia, na Espanha, em Portugal e na Turquia. Em todos os cantos do mundo, a luta é por direitos sociais legítimos, mas negados à classe trabalhadora.

Esquerdistas utópicos? Ingênuos, alienados, criativos, rebeldes, transgressores ou violentos? Os jovens estão sempre na mídia, são permanentemente foco das mais variadas campanhas publicitárias. Geram modismos e formas peculiares de comunicação e, ao mesmo tempo, são altamente influenciados por tudo isso. Renovam e oxigenam a ação política, opondo-se constantemente à ordem vigente. No entanto, frequentemente, as imagens que são construídas sobre a juventude nos veículos de comunicação são estereótipos que, como tais, nem sempre correspondem à realidade. Para refletir sobre políticas públicas para, e com, a juventude (ou *juventudes*), é necessário considerar a diversidade e a complexidade

---

\* Texto adaptado do artigo de Tiriba e Fischer (2011).

\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

\*\*\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.

do universo do jovem real que hoje habita as cidades, o campo, as periferias e as favelas, lidando com discriminações e desigualdades de toda ordem, produzidas por uma excludente sociedade de classes.

As políticas para a juventude<sup>1</sup> têm como alvo os excluídos da escola e do mercado de trabalho. Nelas, de uma maneira geral, o trabalho aparece como uma prática social capaz de disciplinar o jovem, contribuindo para a diminuição dos riscos que ele, ocioso, potencialmente cria para a sociedade (Spósito e Carrano, 2003).

Contemplado no Estatuto da Juventude – Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98/2011 –,<sup>2</sup> em tramitação desde 2011, o “direito à profissionalização, ao trabalho e à renda” visa reconhecer o direito do jovem ao trabalho decente,<sup>3</sup> exercido em condições, remuneração e proteção social adequadas. Busca assegurar condições especiais de jornada de trabalho por meio de compatibilização entre horários de trabalho e estudo, promoção do estágio e aprendizagem, criação de crédito especial destinado a jovens empreendedores, apoio ao jovem trabalhador rural e proteção aos jovens contra a exploração e precarização do trabalho juvenil. Destaca-se, aqui, o direito à *promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação* – objeto deste artigo.

Entende-se que, em vez de “salvadores da pátria” ou sujeitos de assistência social, os jovens devem ser considerados como sujeitos de direitos, entre os quais o *direito ao trabalho associado*. Em uma perspectiva distinta da “empregabilidade” e do “empreendedorismo”, ou seja, em um horizonte que busca contrariar a lógica do sistema capital, entende-se que as experiências de trabalho associado incorporam dimensões objetivas e subjetivas, de cunho emancipador, nos processos de construção de liberdade e autonomia. Nesse horizonte, indica-se a necessidade de políticas públicas de economia solidária que contribuam para o exercício da autogestão do trabalho, do território e de outras instâncias da vida social.

## 2 JUVENTUDE, TRABALHO E ASSOCIATIVISMO

De acordo com a OIT (2009), uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Sobre a taxa de desemprego, é importante considerar que as desigualdades de gênero, raça e etnia são ainda mais graves quando ocorre sobreposição destas dimensões: chega a 34,1% a taxa referente a mulheres jovens e negras na zona urbana metropolitana.<sup>4</sup> É evidente que ser um jovem trabalhador negro, nascido em Angola, na década de 1980, não é o mesmo que ser um(a) jovem nascido(a) no Brasil, na década de 1990, os quais, por sua vez, carregam uma cultura diferente de uma jovem do campo, que há dois ou três anos foi morar numa

1. A Secretaria Nacional de Juventude potencializa uma série de programas e ações por meio de articulação interministerial. Dentro de um conjunto de programas e ações, destacam-se: Projovem Urbano; Projovem Campo; Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente; Programa Cultura Viva; Bolsa Atleta; Programa Segundo Tempo; Projeto Rondon; Projeto Soldado Cidadão; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); PRONAF Jovem; ProUni; Brasil Alfabetizado; Projeja e Ampliação do Bolsa Família. Para mais informações, consultar Brasil (2010).

2. Parecer nº 229, redação final do Substitutivo do Senado ao PLC nº 98, de 2011. Estatuto da Juventude. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/estatuto-da-juventude-aprovado>>.

3. Trabalho decente é um conceito formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999. Sintetiza a intenção de se promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/oit/>>.

4. Para mais informações, OIT (2009). Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth\\_employment/pub/trabalho\\_decente\\_juventude\\_brasil\\_252.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf)>.

favela do Rio de Janeiro. Ser um jovem artesão francês que vende brincos na praia não é o mesmo que ser uma jovem que trabalha e vive em uma comunidade quilombola. Como diz Santos (1996, p. 3), “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Assim, ao se referir à juventude, é importante distinguir os jovens filhos da classe trabalhadora daqueles que, confortavelmente, aguardam a herança dos pais.

Constatar que os jovens filhos e filhas da classe trabalhadora têm dificuldade de encontrar emprego não significa dizer que não trabalham. Para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), as mulheres pretas, pardas e indígenas são a maioria entre os 5,3 milhões de jovens de 18 a 25 anos que não trabalham formalmente e nem estudam. Sendo assim, valeria perguntar quais são as estratégias de sobrevivência da chamada “geração nem nem”. Em um contexto em que o trabalho fixo foi substituído pelo assalariado temporário (geralmente sem vínculo empregatício), não são poucos os jovens que trabalham como estátua viva, comedores de fogo ou vendedores de qualquer coisa. Para se ver “livres” da tutela dos pais ou complementar a renda familiar, trabalham por conta própria, individualmente ou em pequenos grupos. Quando não encontram emprego, acabam por criar suas estratégias de trabalho e de sobrevivência, entre elas as de cunho associativo. Como se verá adiante, os empreendimentos econômicos solidários (EES) representam para os jovens não apenas uma alternativa econômica, mas também uma alternativa política para fazer frente à lógica perversa do capital.

Uma pesquisa sobre economia popular revela que as estratégias fundadas em relações de doação, cooperação e reciprocidade têm sido fundamentais para preservação e melhoria da qualidade de vida de um grande contingente da classe trabalhadora. Nos bairros populares dos grandes centros urbanos, além da organização de festas e de outras formas que propiciam a troca de afetos, jovens e adultos se associam para cuidar das crianças (em sua própria casa ou em creches comunitárias), para limpar o valão, protestar contra a violência da polícia, enfim, para tentar garantir as condições mínimas de vida e para seguir vivendo (Tiriba, 2001). Frente à ausência do Estado, a reprodução social dos setores populares exige a ativação de mecanismos de solidariedade, que vão desde ações espontâneas a práticas formal ou informalmente organizadas, no sentido de obter ganhos “extraeconômicos” necessários à sobrevivência (Cariola, 1992).

Existe uma grande diversidade de práticas solidárias que repercutem em diferentes estilos de associabilidade juvenil: “pedir cola na hora da prova, participar do mutirão para o conserto do telhado do vizinho, participar da organização sindical, participar do partido político ou da frente internacional para enfrentar o FMI (Fundo Monetário Internacional)”. Como as pessoas não se associam apenas por uma *causa nobre*, “a questão é saber com quem nos associamos (se com o vizinho ou com o FMI) e com que critérios se estabelecem as regras do jogo (com relações de dominação ou de igualdade)” (Tiriba, 2004, p. 93-94). Em outras palavras, o associativismo não se apresenta, necessariamente, como uma prática progressista ou revolucionária. Os empresários também se associam nos sindicatos de empregadores ou para fazer *lobby* no Congresso Nacional. Os jovens também têm se organizado em torno do tráfico de drogas ou em movimentos neofacistas, por exemplo.

O associativismo é entendido como ação coletiva de pessoas e grupos que se organizam em torno de ideais e objetivos. Seria possível dizer que os jovens se associam de variadas formas e por diferentes motivos: porque se identificam com um determinado estilo de vida e/ou compartilham das mesmas concepções de mundo e de sociedade, ou porque querem experimentar e exercitar as mesmas práticas, reivindicar os mesmos direitos e objetivar a realização de interesses comuns.

As organizações associativas podem ser de abrangência local, regional, nacional e internacional e, dependendo do contexto histórico, dos objetivos e do grau de organização interna dos grupos e classes sociais, podem ter curta ou longa duração. Toma-se, como exemplo, o V Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, em 2005, em âmbito internacional, evento que contou com 155 mil participantes, representando 135 países e 6.588 organizações associativas. Mesmo que o associativismo ocorra apenas nos dias em que o FSM acontece, é importante não esquecer que os jovens transformaram o “acampamento da juventude” em “cidade autogestionária”, na qual *todas* as pessoas se responsabilizam pelo cuidado com a natureza e pelo cuidado de si e do outro.

Na Espanha, o movimento dos *Okupas* é outro exemplo de associativismo juvenil, que tem perdurado desde o início dos anos de 1980. Uma vez que a Constituição prevê o direito de todos os espanhóis usufruírem de uma moradia digna e adequada, os jovens (geralmente desempregados) resolveram se rebelar. Se existem edifícios abandonados, casas sem inquilinos ou o preço dos aluguéis é muito alto, a solução, para eles, é clara: ocupar! Nesse e em outros casos, a adesão e a permanência no grupo é algo voluntário; os princípios que regem a organização associativa, bem como as regras e as normas de convivência são estabelecidos formal ou informalmente pelos seus integrantes. Por motivos políticos, econômicos, religiosos, recreativos ou de qualquer ordem, o associativismo tem como característica a construção de laços sociais calcados na confiança, na cooperação e na reciprocidade, conferindo aos jovens o sentimento de pertencimento a um grupo.

No dia 17 de junho de 2013 e nos dias subsequentes, foi possível observar a associatividade dos jovens em torno de diversos objetivos, levando-os a ocupar maciçamente as ruas das principais capitais do país – juventudes que se revelaram com suas diferentes tribos e interesses, que emergiram das redes sociais e de suas organizações políticas, conseguiram reunir mais de 1 milhão de pessoas, desafiaram partidos e governos e fizeram com que doze capitais e dezenas de municípios reduzissem ou barrassem aumentos de tarifas de transporte público. “Não é por centavos, é por direitos”, diziam.

### 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO E O DIREITO AO TRABALHO ASSOCIADO

O envolvimento dos jovens com a economia solidária pode contribuir para dar outros sentidos para a vida em sociedade. Sabe-se que nenhuma economia se torna solidária apenas porque homens e mulheres se tornam “bons” ou “conscientes”, mas fundamentalmente quando o trabalho se torna a categoria que orienta todo o processo de trabalho (Razeto, 1993). Ao contrário do que acontece na heterogestão no trabalho assalariado, em uma organização econômica solidária, os jovens podem fazer do processo de trabalho um fator de satisfação de suas necessidades básicas, incluindo as de criação, participação e liberdade. Quando se fala em trabalho associado, tem-se como referência a cultura da autogestão, em que as relações de convivência se dão de maneira distinta da lógica do capital. Num galpão, por exemplo, em que as máquinas e demais instrumentos de trabalho pertencem aos jovens trabalhadores (ou estão em vias de pertencer), são eles que definem como vai se dar o processo de produção, qual o ritmo e a intensidade do trabalho, o que e para quem se vai produzir, por quanto será vendido o produto e com que critérios vão distribuir os excedentes.

Dados coletados no grupo de discussão eletrônica *E-solidária*, no mês de outubro de 2007, revelam a existência de diferentes experiências de trabalho associado, nas quais são articulados trabalho e cultura. Entre elas, podem ser citadas: os Dançarinos de Rua (de Niterói); o Joinha

Filmes (de São Paulo); e o Musik Fabrik, cooperativa de jovens artesãos(ãs) e instrumentalistas do Rio de Janeiro. Vale destacar, também, o trabalho do Núcleo Serigráfico e do novo Salão de Beleza, ambos de Cuiabá. Em Recife, existe a Rede de Resistência Solidária, na qual os jovens associam trabalho, cultura, lazer e comunicação. No Espírito Santo, participa do fórum local da economia solidária o grupo chamado Olho da Rua, com atuação na área de publicidade, jornal, revista e rádio comunitária. Ainda em Recife, há o grupo de cultura afro Kisile, com dez anos de vida, que faz apresentações culturais (dança e música) e, além disso, produz roupas, bonecas e acessórios afros e faz tranças em eventos. Em Salvador, tem-se, entre outros, o Fulo Produções, associação de jovens produtores culturais, e o Grupo Informal de Jovens de Calabetão, que faz pinturas em camisetas.

A familiaridade e o conhecimento que os jovens desenvolvem em relação à informática têm gerado para eles um capital cultural que também serve de base para criar formas solidárias de trabalho. É o caso da Cooperativa Dinâmica Visual *Design* Multimídia, formada por vinte jovens (de 18 a 27 anos), muitos deles moradores da periferia de Santo André, que são apoiados pela Incubadora Pública de Economia Solidária, do Departamento de Geração Trabalho e Renda, da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura Municipal de Santo André. Outro exemplo é o da Cooperativa de Informática Alpha,<sup>5</sup> que foi projetada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade de São Paulo (ITCP-SP), formada por jovens de Capão Redondo e Campo Limpo, periferia da zona sul de São Paulo, e que presta serviços como manutenção e assessoria em *hardware*, projeto, implantação, manutenção e assessoria em rede de computadores, *software* livre, *webdesign*, entre outros. O Microlhar, composto por jovens da periferia da cidade de São Paulo e que tem como objetivo contribuir para a democratização dos meios de comunicação, é outro grupo incubado pela ITCP-SP. Entre suas atividades está ministrar oficinas de leitura crítica de imagem, no Centro de Referência em Economia Solidária, na zona sul, e realizar filmagens e documentários.

Os jovens trabalhadores associados estabelecem diversos tipos de parceria. Um grande número de grupos recebe apoio de igrejas, de organizações não governamentais (ONGs), centrais sindicais e outras entidades dos movimentos sociais, de incubadoras universitárias e, ainda, de governos municipais, estaduais e federal.

Alguns exemplos nos ajudam a perceber várias possibilidades de constituição de redes. No Mato Grosso, os jovens da cidade de Cáceres, que se organizam em torno do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), estão planejando a criação de um empreendimento econômico solidário e lutaram pela aprovação de uma lei municipal de economia solidária, por iniciativa popular. Outro exemplo que expressa a natureza e a amplitude dessas redes de solidariedade é o caso da Cooperativa de Costura (Coocas), em Cariacica, na região metropolitana (RM) de Vitória (Espírito Santo). Este grupo foi fomentado pela Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando a Libertação (Amucabuli), conta com a assessoria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e produz peças íntimas em um espaço cedido pela Igreja Católica. No Ceará, a prefeitura de Fortaleza criou uma “célula de juventude e economia solidária”, também ancorada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que desenvolveu o Credi-Jovem, alicerçado nos princípios da economia solidária e com financiamento e acompanhamento por parte da secretaria.

Receber apoio de uma entidade ou instituição é um elemento fundamental para a sobrevivência dos grupos, mas muitas vezes pode repercutir na criação de dependência

5. Ver, *site* na internet: <<http://coopalpha.com.br/index.html>>.

econômica. No Mato Grosso, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e a Fundação Unitrabalho, está apoiando o processo de constituição de uma Cooperativa de Jovens Rurais. Essa cooperativa envolve cerca de quatrocentos jovens, que atuarão em oito municípios do norte do estado, produzindo mudas de essências nativas e medicinais que serão trocadas com as famílias dos pequenos agricultores por outros produtos da terra.

Ainda na área rural e na mesma perspectiva da economia solidária, encontra-se a Cooperativa Popular de Alimentos Vila Verde (COOPAVV), que produz hortaliças (Mussurunga-Salvador), com o apoio da Associação de Finanças Solidárias – Banco de Soluções Empresarial Ltda (Bansol) –, vinculada à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa cooperativa tem como parceiras duas outras instituições universitárias: a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da ITCP, e uma instituição privada, a Universidade Salvador (UNIFACS). Também na Bahia, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), apoia o Bijou Fashion (em Retirolândia), que é um grupo que trabalha como “biojóias”, aproveitando a diversidade da região, e a Cooperativa Regional de Jovens da Região Sisaleira (Cooperjovens), em Araci, que nasceu a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais e hoje produz artefatos em papel reciclado.

Na região do sisal, também há o Grupo de Produção de Cabochard (em Valente), que se dedica à produção de sabonete, molho de pimenta e horticultura, com o apoio da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB). À época do Consórcio Social da Juventude, linha de ação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para elaboração do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE), a relação com a economia solidária se dava através da criação de associações e cooperativas autogeridas. Foi o caso da Cadeia Produtiva do *Skate*, com marca Epidemia *Skateboard*, criada como resultado do consórcio, em 2006.<sup>6</sup> Os jovens organizavam-se em cinco núcleos, na Grande Porto Alegre, para fabricar produtos relacionados ao *skate*: tênis, roupas, mochilas e o próprio *skate*. Além do MTE, os jovens tinham o apoio de várias entidades do Rio Grande do Sul: Instituto Murialdo, Fundação Pão dos Pobres, Escola Técnica José César Mesquita/Sindicato dos Metalúrgicos POA, Associação Reviver e Escola de Trabalhadores 8 de Março.

#### 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO

Para não romantizar, todo cuidado é pouco! Se, de um lado, as experiências de trabalho associado são uma alternativa real ao desemprego e à precarização do trabalho, de outro, esta forma de produzir a vida social não leva os jovens trabalhadores associados ao paraíso. Os jovens estão em todos os cantos do mundo, mas, como diz o velho ditado popular, “uma andorinha só não faz verão”. Encanta, nesse sentido, a possibilidade da autogestão, no entanto, a vida real tem demonstrado que as experiências isoladas de trabalho associado tendem a fracassar, em função da sua inviabilidade econômica. Dado que a unidade produtiva (de bens materiais e/ou imateriais) se situa numa sociedade capitalista, os jovens não se libertarão da imposição das chamadas “leis do mercado”, que nada mais são do que verdadeiras “leis da selva”. Sendo o Estado capitalista um espaço de contradições, a economia solidária torna-se também, no seu interior, um espaço de disputa de projetos políticos. Daí a importância de políticas públicas para os jovens (e com os jovens) que garantam o exercício dos princípios e práticas da economia solidária.

6. Não há informações sobre a situação atual de cada um dos grupos citados. Quanto ao Projeto Epidemia, sabe-se que ele se encontra desativado. Para outras informações relativas a este projeto, consultar Oliveira (2009).

Para os jovens associados, os processos de trabalho tornam-se ainda mais educativos, porque, entre tantas coisas, ensinam a eles que é preciso não apenas driblar o desemprego e a lógica excludente do mercado, mas também fortalecer processos constituintes de outras formas de produzir a vida.

É ilustrativo, nesse sentido, o que disseram os jovens do Projeto Epidemia. Eles afirmaram que, se tivessem a possibilidade de ter acesso a um emprego hoje, não largariam o projeto, por acreditarem que ele vai crescer muito e, além disso, porque o mercado de trabalho explora demais os assalariados. Os donos das empresas, segundo eles, ganham muito em cima dos funcionários. Os jovens entendem que, quando estiverem mais qualificados, irão “lucrar” bastante e isso será dividido em partes iguais, para todos que trabalharem na organização econômica associativa. Dizem também que “o lucro com a serigrafia é um jogo aberto, princípio da economia solidária: dividir em partes iguais” (informação verbal).<sup>7</sup>

Essas falas dão a dimensão processual de formação em andamento, na própria prática, e, portanto, contêm elementos de um “novo” que emerge no meio do “velho”. Parafraseando Gramsci (1982, p. 137), o objetivo da educação não pode consistir em que os jovens se tornem qualificados, no sentido de obter as competências básicas para a empregabilidade ou para o empreendedorismo, mas que cada um deles possa se tornar “governante” do seu trabalho, dos rumos da organização econômica, da sociedade, do mundo. Nessa perspectiva, considerando a relação entre projeto educativo e projeto societário, os jovens demandam uma sólida formação geral, articulada com formação específica para o trabalho. Para Nascimento (2005, p. 58), faz-se necessário formar o trabalhador autogestor no trabalho (formação técnica), na cultura (formação social e política) e na vida social em geral (cultural e moral).

Os princípios da economia solidária estão calcados nos próprios princípios da autogestão: apropriação coletiva dos meios de produção, gestão democrática e coletiva das decisões pelos trabalhadores sobre os rumos da produção e sobre a forma de utilização dos excedentes (sobras). Ao contrário da educação/formação em economia solidária, a educação para o empreendedorismo, hoje tão em voga, apregoa que o jovem deve tomar iniciativa e criar soluções alternativas à falta de empregos, tornando-se o “patrão de si mesmo” e, se possível, gerar novos empregos, ou seja, contribuir para a exploração da força de trabalho de outrem. Nesse sentido, não se reivindica o empreendedorismo como alternativa para os jovens, pois sua racionalidade econômica está diretamente relacionada à precarização do trabalho assalariado, o que se materializa pelo aumento crescente do trabalho assalariado temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais. Sem dúvida, é preciso “separar o joio do trigo” e examinar em que condições tem se dado a (re) inserção ou “inclusão forçada” (Fontes, 1997) dos jovens na economia. Também é preciso estar “de olho” nos *cooperfraudes* e *coopergatos* (os mais novos mecanismos da acumulação flexível).

Sobre as experiências juvenis de trabalho associado, acredita-se que estas ganham mais sentido quando vinculadas a movimentos sociais que buscam fortalecer a hegemonia do trabalho sobre o capital. Daí a necessidade de se pensar em políticas públicas, no campo da economia solidária, que possam ir ao encontro das demandas e desejos dos jovens.

Acompanhadas de processos de educação/formação em economia solidária, as ações junto e com os jovens trabalhadores instigam à reflexão. Em que medida a autogestão do trabalho e a do território constroem a autonomia individual e coletiva dos jovens? O que aprendem aqueles que se associam, de forma solidária, para produzir sua existência? O que

<sup>7</sup> Informação obtida em entrevista coletiva, realizada com jovens da Cadeia do Skate, em novembro de 2007.

têm a nos ensinar sobre relações econômico-sociais? O que precisam aprender sobre o mundo do trabalho? Que contradições vivenciam? Como as processam? Que saberes estão (des) construindo? Até que ponto os jovens que experimentam uma forma de trabalho articulada a um movimento mais amplo, em defesa da economia solidária, ressignificam o sentido de autonomia em seus processos de transição para a vida adulta? Diferenciam-se de outros jovens, cuja autonomia financeira reduz-se a receber um pagamento pela venda de sua força de trabalho? Em que medida os empreendimentos econômicos solidários, estimulados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), contribuem para a constituição de uma nova sociabilidade e cultura do trabalho distintas da lógica excludente do capital?

Sem dúvida, assim como os demais jovens que no dia 17 de junho de 2013 ocuparam as ruas, os jovens trabalhadores associados têm tentado construir um mundo melhor.

#### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Guia das políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2010.
- CARIOLA, Cecília. (Coord.). **Sobrevivir en la pobreza: en fin de una ilusión**. Caracas: Cendes; Nueva Sociedad, 1992.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. **Revista tempo**, v. 2, n. 3, p. 34-58, jun. 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 57-63.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth\\_employment/pub/trabalho\\_decente\\_juventude\\_brasil\\_252.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf)>.
- OLIVEIRA, Claudete Souza. **Escrevo-te estas mal traçadas linhas: a escola e o trabalho nas cartas dos jovens da cadeia produtiva do skate**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18379/000729542.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Hermenêutica diatrópica: pela democratização do conhecimento. **Registro**, ano 3, n. 5, mar./ago. 1996 (Caderno especial).
- SPÓSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.
- TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogias da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o popular na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. (Ed.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004. p. 75-101.
- TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 14, n. 1, 2011.